

A PLURALIDADE LINGUÍSTICA EM DOMINGOS MARTINS, ESPÍRITO SANTO

Leticia Mazzelli¹

RESUMO: O objetivo deste trabalho é discutir, brevemente, o contexto plurilíngue do município de Domingos Martins, Espírito Santo, localidade onde há a influência de línguas germânicas, como o *hunsrückisch* (IPOL, 2017b, 2018; RODRIGUES, 2009), o pomerano (COSMO, 2014; HÖHMANN, 2010; WEBER, 1998) e o alemão (RÖLKE, 2016; WEBER, 1998), e de marcas linguísticas de variedades italianas (PEIZINI, 2016; PERES, 2014, 2017). Considerando esse complexo cenário, analisamos algumas políticas linguísticas *in vivo* e *in vitro* (CALVET, 2007, 2002) que ocorrem na localidade. Para isso, assumimos uma perspectiva glotopolítica de análise (LAGARES, 2018; GUESPIN & MARCELLESI, 1986) e utilizamos conceitos de Políticas Linguísticas propostos por Calvet (2007, 2002). Destacamos as ações glotopolíticas realizadas pela comunidade de Domingos Martins, a fim de legitimar a criação de políticas linguísticas pertinentes à realidade plurilíngue do local. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas linguísticas. Glotopolítica. Plurilinguismo. Domingos Martins.

ABSTRACT: The aim of this paper is to discuss the plurilingual context of Domingos Martins, Espírito Santo, where there is the influence of Germanic languages, such as *Hunsrückisch* (IPOL, 2017b, 2018; RODRIGUES, 2009), Pomeranian and German (COSMO, 2014; HÖHMANN, 2010; WEBER, 1998), and linguistic marks of Italian language varieties (PEIZINI, 2016, PERES, 2014, 2017). Considering this complex scenario, we analyze some *in vivo* and *in vitro* language policies (CALVET 2007; 2002) that occur in the locality. For this, we assume a glotopolitical perspective of analysis (LAGARES, 2018; GUESPIN & MARCELLESI, 1986) and we use Language Policy concepts proposed by Calvet (2007, 2002). We highlight the glotopolitic actions carried out by the community of Domingos Martins, in order to legitimize the creation of language policies, which are pertinent to the plurilingual reality of the place. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

KEYWORDS: Language policy. Glotopolitics. Plurilingualism. Domingos Martins.

Introdução

A pluralidade étnica brasileira, resultado de diversos processos conflituosos ao longo da história, propiciou o atual cenário linguístico do país. De acordo com dados do IPOL (2016),

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista CAPES. E-mail: lmazzelli@id.uff.br.

além do português, há cerca de 250 línguas em território nacional, dentre elas, as de comunidades afro-brasileiras, de imigração, de sinais e indígenas.

Presentes em diversas partes do Brasil e faladas por diferentes comunidades, algumas dessas línguas minoritárias, como as línguas de imigrantes, são utilizadas há mais de um século em território nacional. Devido à pressão linguística-cultural exercida pelo português, oficial e majoritário no Brasil, algumas dessas línguas sofreram o processo chamado por Couto (2009) de *glototânasia*, isto é, a “morte” de determinada língua, como o caso discutido por Gaio e Savedra (2013) da língua italiana em Juiz de Fora. Destacamos dois momentos críticos no Brasil que influenciaram diretamente a diversidade linguística brasileira: a Campanha de Nacionalização de Getúlio Vargas (1937-1945) e a Ditadura militar (1964 - 1985). Em ambos os períodos, havia a ideia de fortalecer e impor a língua portuguesa, coibindo e, muitas vezes, proibindo o uso de línguas de imigrantes. Apesar dos movimentos proibitivos e de forte repressão linguística durante esses períodos, algumas línguas minoritárias resistiram e ainda hoje são faladas por algumas comunidades.

No atual contexto linguístico brasileiro, ocorrem diversas movimentações que buscam a promoção, revitalização e manutenção de línguas minoritárias. Segundo Morello (2016), a luta para o reconhecimento das línguas minoritárias em território brasileiro culmina em duas grandes políticas linguísticas públicas; a cooficialização de línguas minoritárias através de decretos municipais, e a criação do Decreto nº 7387, de 9 de dezembro de 2010, que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística Brasileira (INDL), fornecendo ferramentas para que essas línguas minoritárias sejam inventariadas e catalogadas.

Domingos Martins (DM), município localizado na região serrana do estado do Espírito Santo (ES), é um exemplo de território onde tanto a cooficialização, quanto o INDL, são significativos para o contexto linguístico do local. Além da língua portuguesa, são faladas no município as línguas pomerana (COSMO, 2014; HÖHMANN, 2010; WEBER, 1998), alemã² e *hunsrückisch* (IPOL, 2017b, 2018; RODRIGUES, 2009), e também há marcas de variedades linguísticas³ italianas (PEIZINI, 2016, PERES, 2014, 2017) sendo utilizadas na localidade, o

² Como visto nos estudos de Rölke (2016) e Weber (1998) a educação formal nas colônias germânicas do ES era frequentemente ligada à Igreja Luterana e grande parte dessa educação era realizada em alemão até meados do século XX. Devido a esse contato com a língua alemã nos contextos escolar e religioso, alguns moradores locais relatam, informalmente, que alguns habitantes mais idosos ainda falam alemão, embora não haja estudos publicados que verifiquem esse uso em DM.

³ Utilizamos “variedades linguísticas” a partir dos estudos de Bagno (2017): “O termo variedade linguística pretende ser uma forma neutra, empregada nos estudos sociolinguísticos em geral, para se referir a qualquer tipo específico de linguagem - dialeto, sotaque, socioleto, estilo - que o linguista deseje considerar como uma entidade

que caracteriza o município nos termos de SAVEDRA e PEREZ (2017) como plurilíngue. Hoje, observamos alguns exemplos de políticas linguísticas em DM, que favorecem a plurilinguismo na região. Dentre elas, destacamos o ensino das línguas alemã, pomerana e italiana na grade curricular da educação básica (DOMINGOS MARTINS, 2016) e a cooficialização da língua pomerana no município em 2011 com a lei municipal nº 2.356 (DOMINGOS MARTINS, 2011). Outro exemplo de política linguística que atinge DM, ao abranger municípios onde o *hunsrückisch* é falado, é o Inventário do *Hunsrückisch*. A língua está sendo inventariada no âmbito do INDL (IPOL, 2017a), o que poderá garantir futuras ações em prol da língua no município.

Dada essa apresentação inicial, iremos compor o trabalho em quatro partes. Primeiramente, realizamos uma breve revisão bibliográfica sobre os estudos de políticas linguísticas e glotopolítica, salientando alguns conceitos pertinentes à discussão. Posteriormente, discutimos resumidamente o contexto brasileiro à época da migração. Em seguida, retratamos, de forma concisa, o histórico de DM. Finalmente, na última parte do trabalho, discorremos sobre a pluralidade linguística no município e analisamos algumas políticas linguísticas na localidade a partir das perspectivas teóricas apresentadas.

Políticas linguísticas e glotopolítica

Os estudos relacionados às políticas linguísticas levam a inúmeras reflexões sobre os mais diversos papéis que a dimensão política ocupa na linguagem. Institucionais ou não, as políticas linguísticas podem promover, revitalizar e favorecer a manutenção de uma ou mais línguas, embora também possam ser restritivas, proibitivas e repressivas. No título de sua obra *Qual política linguística?*, escrito em forma de questionamento, LAGARES (2018) lança luz sobre as características centrais das políticas linguísticas: o fator da escolha e o seu caráter plural. A primeira, é responsável por selecionar qual política linguística é desejável ou indesejável, a segunda, se refere às infinitas possibilidades de políticas que podem existir e interferir direta ou indiretamente na linguagem. Diante disso, a área denominada *Políticas Linguísticas*, inserida nos estudos relacionados à Sociolinguística, busca, atualmente, o constante diálogo

individual para fins de análise empírica ou teorização. Emprega-se frequentemente variedade como uma alternativa para dialeto ou língua, o que faz do termo um instrumento útil para evitar a dificuldade de traçar distinções nítidas e categóricas entre essas duas noções numa perspectiva puramente linguística.” (BAGNO, 2017, p. 474).

com outras áreas do conhecimento, como a Sociologia, História e a Geografia, a fim de discutir as relações dinâmicas que perpassam o político e linguístico.

De acordo com Baldauf (2012), a disciplina originalmente chamada de *language engineering*, surgiu com o colapso dos impérios coloniais europeus após o fim da Segunda Guerra Mundial, levando nações africanas e asiáticas a implementarem o ideal de uma nação-uma língua.⁴ Posteriormente, outros termos também surgiram para identificar a disciplina, mas o que se torna mais popular segundo Cooper (1997), é o chamado *language planning*⁵, proposto por Einar Haugen em 1959.

Segundo Nekvapil (2012), a ampla utilização do termo *language planning* surgiu com o declínio do sistema colonial e com diversos processos de modernização de países em desenvolvimento nos anos de 1960. O termo se referia a uma forma de resolver problemas de forma racional, envolvendo diferentes alternativas em contextos sociais, políticos e econômicos. Durante esse período, o foco do planejamento linguístico, segundo Lagares (2018), recai particularmente sobre o *corpus* das línguas, ou seja, sobre a elaboração de aspectos gráficos, gramáticos e lexicais. Além disso, esse tipo de intervenção tinha como ideia principal a homogeneização linguística, sendo, portanto, a diversidade linguística vista como um problema a ser combatido, o que de acordo com essa ideia, vai de encontro ao desenvolvimento de uma sociedade.

Cooper (1997) aponta que o termo “*language planning*” foi empregado ao longo do tempo com sentidos diferentes⁶ e que não há uma definição universal entre essas utilizações. Ainda hoje, o termo é amplamente utilizado por diversos teóricos da área e, como afirma Nekvapil (2012), apesar do mesmo nome, assume um caráter conceitual mais amplo do que o inicialmente proposto nos anos de 1960, ao lidar com situações linguísticas e sociais mais abrangentes.

Apesar das diferentes acepções sobre o termo, a partir de 1959, destacamos a divisão clássica do termo “*language planning*” entre *Sprachplanung* e *Statusplanung* proposta por

⁴ “*Much of the impetus for early language planning studies and for the development of the discipline, initially called language engineering, came from the breakup of European colonial empires after World War II leading to the emergence of new nations in Africa, South and South East Asia and to the need for national languages under the one nation – one language model*” (BALDAUF, 2012, p. 234).

⁵ Em revisão bibliográfica, vemos que não há um consenso entre os autores no que se refere à tradução do termo em inglês “*language planning*”. O termo é traduzido para a língua portuguesa tanto como “planificação linguística” quanto para “planejamento linguístico”.

⁶ Em seu trabalho de 1997, Cooper lista doze aplicações diferentes do termo “planificação linguística” em estudos realizados por diferentes autores a partir do ano de 1959.

Kloss em 1967. O termo *Sprachplanung* (planejamento de *corpus*)⁷ é compreendido como o processo de codificação, padronização e modernização de uma língua, isto é, são as mudanças realizadas na forma. Já o termo *Statusplanung*, (planejamento de *status*) faz referência ao reconhecimento sobre o *status* de uma língua, às intervenções nas suas funções sociais, ao seu *status* social e às suas relações com outras línguas.

A partir de 1980, Lagares (2018) identifica que há uma visão mais integral nas propostas teóricas nos estudos relacionados às políticas linguísticas, e cita Enrique Rainer Hamel como exemplo de autor que propõe inovações na área: “Hamel começa questionando a já clássica distinção entre planejamento de *status* e de *corpus*, considerando as relações de interdependência entre ambos aspectos” (LAGARES, 2018, p. 25). O autor destaca que os estudos de Hamel se direcionam a uma concepção de união entre língua e política além de apontar para a necessidade de relacionar os níveis micro e macrosociolinguísticos.

Há ainda diversas outras contribuições realizadas por Hamel, no que se refere aos estudos em políticas linguísticas associados aos direitos linguísticos. Para Hamel (1995), os direitos linguísticos passam pelos Direitos Humanos e podem ser divididos em duas categorias: direitos linguísticos individuais ou direitos linguísticos coletivos. Na primeira categoria, Hamel discorre que “é direito de cada indivíduo de aprender e desenvolver livremente a sua própria língua materna, a receber educação pública através dela e usá-la em contextos socialmente relevantes” (HAMEL, 1995, p.13)⁸. Acerca do nível coletivo dos direitos linguísticos, Hamel (1995) afirma que as comunidades linguísticas devem manter as suas identidades e alteridades etnolinguísticas, além de estabelecer e conservar escolas e outras instituições educativas, a fim de promover a manutenção de suas línguas. Ao considerar a diversidade linguística de indivíduos e comunidades, e ao abordar contextos institucionais e não institucionais em suas propostas teóricas, Hamel sugere uma visão mais ampla do que a homogeneizante abordagem inicial do *language planning*.

Em estudos mais recentes, vemos a distinção entre os termos “política linguística” e “planejamento linguístico” sendo aplicada por alguns autores. Calvet (2002) define como

⁷ Observamos que, assim como ocorre na tradução do termo em inglês “*planning*”, para os termos em português “planificação” e “planejamento”, o mesmo ocorre em relação à palavra “*planung*” em alemão. Savedra e Lagares (2012) traduzem *Sprachplanung* e *Statusplanung* respectivamente por “planificação de *corpus*” e “planificação de *status*”, já Bagno (2017), traduz os termos supracitados respectivamente por “planejamento de *corpus*” e “planejamento de *status*”.

⁸[...] *el derecho de cada individuo a aprender y desarrollar libremente su propia lengua materna, a recibir educación pública a través de ella, a usarla en contextos oficiales socialmente relevantes [...]*”

“*política linguística* um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social, e *planejamento linguístico* a implementação prática de uma política linguística” (2002, p.145, grifo do autor). Calvet ainda apresenta duas distintas intervenções sobre as línguas: as intervenções *in vivo* e as *in vitro*. A ação *in vivo*: “refere-se ao modo como as pessoas cotidianamente confrontadas com problemas de comunicação os resolvem” (CALVET, 2002, p. 146), isto é, resultado de práticas sociais. Já a ação *in vitro* é a intervenção relacionada a poder. Ou seja, a intervenção sobre as práticas sociais *in vivo*. Nelas, os linguistas analisam as línguas e criam proposições para regular os problemas; após essa fase, os políticos estudam essas proposições e aplicam-nas. “Essas duas abordagens são extremamente diferentes e suas relações podem, às vezes, ser conflituosas se as escolhas *in vitro* forem no contrapé da gestão *in vivo* dos falantes” (CALVET, 2007, p. 70, grifo do autor). Outra grande contribuição de Calvet (2007) para a área, foi a ideia de “equipar” línguas, que ocorre quando se fornece o suporte necessário a uma determinada língua para que esta desempenhe uma certa função. Um exemplo disso, é a criação de uma escrita para uma língua ágrafa, ou a criação de léxico específico que sirva para determinada função.

Surgida, segundo Lagares (2018), em um texto fundacional em 1986 de Guespin e Marcellesi, a abordagem *glotopolítica* discute as relações entre o político e a linguagem. No texto seminal, os autores afirmam que o termo *glotopolítica* “é necessário para englobar todos os fatos de linguagem em que a ação da sociedade toma a forma do político” (GUESPIN & MARCELLESI, 1986. p. 5, tradução nossa)⁹. Os autores ainda afirmam, que a *glotopolítica* também surge para neutralizar a oposição entre *langue* e *parole*, além de designar os vários enfoques que uma sociedade tem em relação às ações sobre a linguagem, tanto os conscientes como os não conscientes. Portanto, essas ações podem tanto ser no âmbito da língua, como por exemplo, na criação de uma norma escrita, ou no âmbito da fala, quando uma variedade é proibida ou estigmatizada. Sendo assim, qualquer ação que interfira de forma política na *língua* e/ou na *fala*, é um ato *glotopolítico*.

Ainda sobre a definição do termo, Lagares (2018) afirma que:

Nessa definição, reconhece-se como *glotopolítica* toda e qualquer ação sobre a linguagem nos mais diversos âmbitos ou níveis, sem pretender tornar obsoletos os termos *planejamento* ou *política linguística*, mas deixando explícito que toda decisão sobre a linguagem tem efeitos ‘*glotopolíticos*’ (LAGARES, 2018, p. 32).

⁹ “*Glottopolitique est nécessaire pour englober tous les faits de langage où l'action de la société revêt la forme du politique.*”

Acreditamos que pelo dinamismo e pela complexidade com que as relações do político e da linguagem se articulam, e por concordar com os dizeres de Lagares (2018), que todas as decisões sobre a linguagem produzem - e são - efeitos glotopolíticos, utilizaremos a perspectiva glotopolítica de análise para a discussão no presente trabalho.

Considerações sobre a imigração no Brasil

A partir de 1818, com a assinatura do tratado de Nova Friburgo por D. João VI, é iniciada a primeira fase da imigração europeia no Brasil. A assinatura do tratado desencadeia pequenos fluxos migratórios e também a fundação de alguns núcleos coloniais, como a Colônia de Nova Friburgo em 1818 e São Leopoldo em 1824. Após esse primeiro momento, encerra-se em 1830 essa fase com a aprovação de uma lei que impedia gastos com a imigração, impossibilitando o agenciamento de imigrantes na Europa.

Posteriormente, em 1845, a imigração volta a ocorrer através de articulações que favorecessem à vinda de europeus para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Em relação ao cenário europeu à época, Bahia (2011) e Martinuzzo (2009) afirmam que era de fome e miséria. O governo brasileiro passa então a atrair europeus através de agentes de empresas colonizadoras, com promessas e incentivos para se estabelecerem no Brasil.

Segundo Lesser (2014) e Skidmore (1997), a presença de imigrantes europeus no país poderia solucionar uma série de “problemas” existentes à época para o Estado e as lites intelectuais e políticas; povoar um vasto território desabitado, ocupar espaços pertencentes à população indígena, evitar a escassez de mão de obra que o iminente fim da escravidão iria ocasionar e, também, “branquear” a população brasileira.

De acordo com Seyferth (2002), apesar de toda a propaganda feita pelo governo brasileiro, havia uma rígida política no agenciamento de imigrantes que deveriam ser, preferencialmente, germânicos e italianos com a justificativa de serem “bons agricultores” e que emigram em família.

Nas classificações imperam os atributos usualmente associados ao campesinato, incluindo a adjetivação da submissão: o bom colono deve ter amor ao trabalho e à família e respeito às autoridades, além de ser sóbrio, perseverante, morigerado, resignado, habilidoso, etc. (SEYFERTH, 2002, p.120).

Seyferth (2002) ainda menciona que a imigração era retratada à época como um amplo processo civilizatório em que a pequena propriedade familiar e rural era valorizada, em detrimento da grande propriedade escravista.

Fator importante para nossa discussão, a imigração europeia no Brasil teve uma grande influência no atual contexto linguístico de DM. A seguir, discutiremos alguns aspectos históricos do referido município.

Breve histórico de Domingos Martins

Em 1846, Luiz Pedreira Couto Ferraz, o então governante da província do Espírito Santo, solicita ao governo Imperial, o envio de imigrantes europeus à província. Atendendo ao pedido, são enviados à colônia de Santa Isabel¹⁰ os primeiros imigrantes germânicos¹¹ oriundos do Hunsrück em 1847. Após essa primeira leva de imigrantes europeus:

[...] a colônia de Santa Isabel só voltou a receber colonos a partir de 1858. Nos dois anos seguintes, chegaram mais imigrantes alemães da região do Hunsrück, da Baviera e da Pomerânia. Entre 1870 e 1873, ocorreu um forte fluxo de pomeranos (RÖLKE, 2016, p.216).

Segundo dados da Prefeitura municipal de DM (2018a), junto à segunda leva de imigrantes germânicos, também chegam à Colônia de Santa Isabel as primeiras famílias de origem italiana, provenientes da Ilha da Sardenha. Mais tarde, no ano de 1875, vários imigrantes de origem italiana desembarcam no ES¹², e

[...] através do município de Alfredo Chaves chegaram até Araguaia, hoje distrito do município de Marechal Floriano, e Pedreiras, hoje Pedra Azul, no distrito de Aracê em Domingos Martins (DOMINGOS MARTINS, 2018a).

De acordo com Rölke (2016) em 1869 a colônia de Santa Isabel foi elevada à Freguesia e em 11 de março de 1878, foi elevada à condição de Distrito Policial. Neste ano, havia em Santa Isabel 1.898 habitantes. No ano de 1891, Santa Isabel recebeu o *status* de município, para no ano seguinte, ser novamente rebaixado de categoria.

Segundo dados do IBGE (2017), em 1893 a localidade foi elevada novamente à categoria de município e só recebeu o nome atual nome em 1921, em homenagem ao capixaba

¹⁰ O município de DM foi originalmente fundado com o nome de “Colônia de Santa Isabel”.

¹¹ Utilizamos a terminologia “germânica”, pois à época a Alemanha ainda não era configurada como país. Somente em 1871 a Alemanha foi unificada por Guilherme I, criando assim o Império Alemão.

¹² Para mais informações sobre os processos de imigração ocorridos no ES sugerimos a obra de Franceschetto (2014) e Rölke (2016).

Domingos José Martins, que lutou na Revolução Pernambucana em prol da independência do Brasil.

Localizado a 43km de Vitória, capital do estado do ES, DM conta atualmente com a configuração territorial de sete distritos: Aracê, Biriricas, Melgaço, Paraju, Ponto Alto, Santa Isabel e Sede. De acordo com dados do último censo, realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de DM é de 31.847.

Ações glotopolíticas e a pluralidade linguística de Domingos Martin

A presença de variedades linguísticas germânicas e italianas em DM é um dos vários resultados da imigração europeia na região. Acerca dessa temática, os trabalhos de Cosmo (2014), Höhmann (2010) e Weber (1998) trazem contribuições sobre o uso da língua pomerana. Sobre a utilização da língua alemã, os estudos de Rölke (2016) e Weber (op. cit) apontam questões históricas relacionadas aos âmbitos educacionais e religiosos. Rodrigues (2009) e publicações do IPOL (2017b, 2018) apresentam algumas informações sobre o *hunsriikisch* na localidade. Em relação às influências de variedades linguísticas italianas no ES, os trabalhos de Peres (2014, 2017) discutem as marcas italianas deixadas no português das comunidades formadas por descendentes de imigrantes, resultado do contato entre variedades linguísticas italianas e o português. Peres (2017) destaca diferenças fonético-fonológicas entre o português resultante de contato “e aquele que não sofreu influência dos dialetos – por exemplo o português falado na capital do estado, Vitória” (PERES, 2017, p. 23). Já a pesquisa de Peizini (2016), que aborda questões relacionadas ao ensino da língua italiana em escolas de DM, aponta algumas marcas linguísticas também discutidas por Peres (2017).

Devido à pluralidade linguística na localidade, região de contato entre línguas, a gestão do plurilinguismo foi necessária. Assim, políticas linguísticas, institucionais e não institucionais, foram criadas e/ou assimiladas pelo município. Podem ser classificadas como políticas linguísticas: as ações da sociedade que tomam a forma do político, isto é, tanto as ações *in vivo* (CALVET, 2002, 2007), realizadas pela própria comunidade e, também, as ações *in vitro* (CALVET, 2002, 2007), interligadas às instâncias de poder.

Para compor a discussão, dividiremos essas ações glotopolíticas em dois níveis: “municipal” e “abrangente”. O primeiro nível, corresponde às ações que são articuladas e realizadas dentro do referido município, e têm por objetivo atingir práticas linguísticas que

ocorrem em DM. O segundo nível, trata das ações que não buscam atingir unicamente DM, pois também abrangem outras localidades plurilíngues, mas perpassam o município quando nele há uma língua favorecida por determinada política linguística.

No nível “municipal”, destacamos a ação *in vitro* em prol da língua pomerana com a lei municipal n° 2.356 de 2011 que versa sobre sua cooficialização, promovendo assim, o *status* do pomerano. Com a lei, a língua passa a ser amparada legalmente pelo município, estimulando-o a cumprir uma série de obrigações:

Art. 2º A co-oficialização da língua Pomerana obriga o município a:

I - Manter os atendimentos ao público, nos órgãos da administração municipal, na língua oficial e na língua co-oficializada;

II- produzir a documentação pública, bem como campanhas publicitárias institucionais na língua oficial e na língua co-oficial;

III- incentivar e apoiar o aprendizado e o uso da língua co-oficial nas escolas que atendam aos descendentes dos povos tradicionais e nos meios de comunicação. (DOMINGOS MARTINS, 2011).

Ainda no nível “municipal” das políticas *in vitro*, ressaltamos o Documento Curricular da Educação Básica (DOMINGOS MARTINS, 2016), um trabalho coletivo formulado por profissionais de todo o segmento da comunidade escolar, que estabelece a formação do currículo de educação básica em DM e favorece o caráter de pluralidade cultural. No documento, observamos que o município garante o ensino além de inglês e espanhol, o ensino das línguas pomerana, alemã e italiana.

[...] Reconhecemos a importância dos estudos de uma língua, no sentido de instigar os (as) estudantes a compreenderem e interagirem com as diferentes e diversas possibilidades de interlocuções, num processo de formação de uma consciência planetária, na dimensão da interculturalidade e não da apropriação da cultura do outro (a) em detrimento das nossas práticas sociais e culturais. Assim, não nos limitamos ao ensino da Língua Inglesa e Espanhola, mas também as línguas de Imigração¹³: Pomerano, Italiano e Alemão como forma de fortalecer e valorizar a diversidade cultural e linguística trazida pelos imigrantes. A matriz de conhecimentos está organizada em dimensões educativas que objetivam a apropriação dos conhecimentos culturais, linguísticos, a tradução, incluindo as estratégias de leitura, produção e compreensão de textos, tendo o mesmo como unidade de ensino aprendizagem. Na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental a escola oferta uma das línguas: Pomerano, Italiano, Alemão e Inglês; e nos anos finais do Ensino Fundamental é ofertado o Alemão ou Espanhol ou Inglês (DOMINGOS MARTINS, 2016, p.118).

¹³ O Documento Curricular da Educação Básica de DM trata as línguas italiana e alemã, como línguas de imigração, embora essa seja uma classificação controversa. Não iremos nos aprofundar nessa discussão terminológica, por não ser o foco de nosso trabalho.

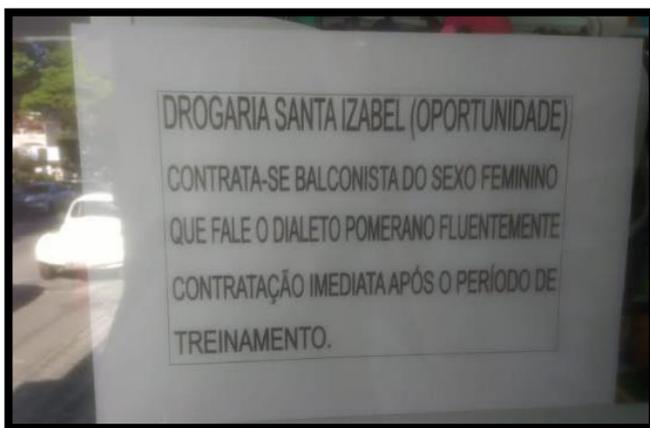
No nível “municipal” das políticas *in vivo*, isto é, relacionado às ações realizadas pela própria comunidade, destacamos dois anúncios de emprego nos quais um dos pré-requisitos necessários para o preenchimento da vaga é falar pomerano.

Figura 1: Anúncio de emprego em loja de construções, Melgaço, DM, maio/2018.



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 2: Anúncio de emprego em drogaria, Sede, DM, junho/2018.



Fonte: Arquivo pessoal

Observamos que saber se comunicar em pomerano é essencial para concorrer às vagas de emprego destacadas nas figuras acima. A busca por atendentes que falem a língua pomerana, ilustra a realidade linguística do local e a necessidade do comércio de atender a uma parcela da população que se comunica em uma língua diferente da portuguesa.

No nível “abrangente” *in vitro*, ressaltamos a implementação do Programa de Educação Escolar Pomerana (PROEPO)¹⁴ no município a partir de 2005. O programa político/pedagógico bilíngue busca desenvolver diversas ações, como a inserção da língua pomerana na escola e a capacitação/formação de professores e profissionais da educação para atender a demanda escolar de descendentes de pomeranos nas comunidades onde a língua pomerana é cooficializada.

Destacamos, também como ação “abrangente” *in vitro*, as atividades que têm por objetivo documentar e inventariar o *hunsrückisch* em território brasileiro (IPOL, 2017, 2018), no âmbito do INDL. Falado não somente em DM¹⁵, o *hunsrückisch* segue uma tradição oral, sendo imperativas as ações de documentar e inventariar a língua. Atualmente, pesquisadores que participam do projeto do Inventário do Hunsrückisch como Língua Brasileira de Imigração percorrem os municípios onde a língua é falada e realizam diversas atividades, como entrevistas e coleta de material para posterior análise.

Incluídas no nível “abrangente” *in vivo*, estão as ações que têm por objetivo equipar a língua pomerana. Como discutido em Mazzelli (2018), a partir de 1980 houve várias tentativas de escrita realizadas por indivíduos falantes do pomerano. Dentre essas tentativas, a de Ismael Tressmann (2006) se destaca através da criação de seu dicionário pomerano-português, que promove não só o planejamento de *status* na língua pomerana, mas também o de *corpus*. Na elaboração e promoção de escrita de uma língua ágrafa, são oferecidas ferramentas para que a língua ocupe diferentes funções na comunidade e em outros domínios, conseqüentemente, há mais chances da língua permanecer em uso.

Considerando os dizeres de Mufwene (2016), quando afirma que a “vitalidade” só vem à tona em situações de contato de línguas, acreditamos que as ações acima relatadas são resultado de um ambiente plurilíngue favorável à manutenção de línguas, isto é, de promover a vitalidade das línguas utilizadas no território do município.

A partir da dimensão de pluralidade linguística observada, vimos que diversas ações glotopolíticas são delineadas para promover as variedades linguísticas que influencia(ra)m o repertório linguístico de DM e/ou são até hoje utilizadas. Atualmente, assim como DM, há uma

¹⁴ O PROEPO se encontra em outros municípios do ES onde a língua pomerana também é cooficializada, como Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins, Laranja da Terra, Pancas, Vila Pavão e Pancas. Para mais detalhes acerca do PROEPO Cf. Hartwig (2011) e Cosmo (2014).

¹⁵ O *hunsrückisch* é cooficializado em Antônio Carlos, Santa Catarina e Santa Maria do Herval, Rio Grande do Sul. (IPOL, 2017b).

tendência de outros municípios bi/plurilíngues brasileiros a assumirem posturas em prol de seus repertórios linguísticos, institucionalizando e garantindo o uso das línguas minoritárias faladas em seus territórios.

Considerações finais

O presente trabalho buscou tratar, brevemente, do contexto plurilíngue de DM, município onde há, além do português, a influência de variedades linguísticas germânicas e italianas. O referido município utilizou questões identitárias, ligadas aos processos de imigração e construídas ao longo do tempo, a fim de legitimar a formação de políticas linguísticas institucionais. Como exemplo, a escolha feita pelo município de promover o ensino das línguas pomerana, alemã e italiana, conforme descrito pelo Documento Curricular da Educação Básica (DOMINGOS MARTINS, 2016). Além disso, também observamos algumas estratégias não relacionadas aos âmbitos institucionais que são realizadas pela comunidade; a busca do comércio local por trabalhadores falantes de pomerano, visando atender à necessidade linguística de uma parcela de moradores do município.

Em relação ao cotidiano dos falantes de línguas minoritárias faladas no Brasil, ainda é cedo para avaliar o impacto que essas ações têm no cotidiano dessas pessoas. Entendemos que algumas ações glotopolíticas atingem apenas uma parte dos falantes, como os mais escolarizados ou os que estão em idade escolar. O processo de cooficialização, por exemplo, facilita a inserção do ensino de línguas minoritárias na grade curricular das escolas. Contudo, o ensino formal dessas línguas nas escolas não beneficia diretamente a população mais velha, pois não frequentam mais o ambiente escolar.

Muitas comunidades bi/plurilíngues brasileiras ganharam visibilidade com a criação do INDL e com os processos de cooficialização, mas para que os direitos linguísticos fundamentais (HAMEL, 1995) de falantes de línguas minoritárias sejam reconhecidos e respaldados pelas instâncias governamentais, muito precisa ser feito. O atual desafio dessas comunidades é traçar estratégias para que as línguas faladas em seus territórios ganhem cada vez mais espaço. Garantir que os falantes de línguas minoritárias possam utilizar suas línguas nos mais diversos locais e contextos promove não só a manutenção dessas línguas, mas, também, preserva o patrimônio linguístico brasileiro.

Referências

- BALDAUF, R. B. Introduction – Language Planning: Where have we been? Where have we might be going? In: *Revista brasileira de linguística aplicada*. Belo Horizonte, v.12, n.2, p.233-248, 2012.
- BAGNO, M. *Dicionário crítico de sociolinguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- BAHIA, J. *O tiro da bruxa: Identidade, Magia e religião entre os camponeses pomeranos do estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- BRASIL. Decreto n. 7387, de 9 de dezembro de 2010. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7387.htm. Acesso em: 9 de agosto de 2016.
- BREMENKAMP, E. S. *Análise Sociolinguística da manutenção da língua pomerana em Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo*. 2014. 291f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Univerisdade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- CALVET, L.-J. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Trad.: Marcos Marcionilo. - São Paulo: Parábola, 2002.
- _____. *As políticas Linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.
- COOPER, R.L. *La planificación lingüística y el cambio social*. Madrid: Cambridge University Press, 1997.
- COSMO, M. *Ser pomerana: histórias que desvelam a memória, a experiência e os sentidos de ser professora*. 2014. 234f. Dissertação (Mestrado em Educação). Univerisdade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- COUTO, H. H. *Linguística, ecologia e ecolinguística*. São Paulo: Contexto, 2009.
- DOMINGOS MARTINS. Prefeitura municipal. Lei municipal nº 2.356, de 10 de outubro de 2011. Dispõe sobre a cooficialização da língua pomerana em Domingos Martins. Disponível em: http://177.91.192.7:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/2471_texto_integral> Acesso em 8 ago. 2018.
- _____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação e Esporte. *Documento Curricular da Educação Básica: uma produção coletiva dos sujeitos*. Domingos Martins, 2016.

_____. História – Datas. 2018a. Disponível em: <<http://www.domingosmartins.es.gov.br/conheca-domingos-martins/historia/datas.html>>.

Acesso em: 9 ago. 2019.

_____. Prefeitura municipal. *Imigração – Mais sobre os pomeranos*. 2018b. Disponível em: <<http://www.domingosmartins.es.gov.br/conheca-domingos-martins/historia/imigracao.html>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

FRANCESCHETTO, C. *Imigrantes Espírito Santo: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

GAIO, M.L.M., SAVEDRA, M.M.G. Língua e cultura em contato na Zona da Mata mineira: a imigração italiana em Juiz de Fora. In: *Veredas atemática*, Juiz de Fora, v. 17, n.2, p.357-375, 2013.

GUESPIN, L.; MARCELLESI, J-B. *Pour la glottopolitique*. Langages, 83, p.5-34, 1986.

HAMEL, R. E. Derechos lingüísticos como derechos humanos: debates y perspectivas. In: *Alteridades*. v.5, n.10 p. 11-23, 1995. Disponível em: <<http://www.hamel.com.mx/Archivos-Publicaciones/1995d%20Derechos%20linguisticos%20como%20derechos%20humanos%20-%20Debates%20y%20perspectivas.pdf>>. Acesso em: 9 de agosto de 2016.

HARTUWIG, A. V. G. *Professores(as) Pomeranos(as): Um estudo de caso sobre o Programa de Educação Escolar Pomerana - Proepo – desenvolvido em Santa Maria de Jetibá/ES*. 2011, 197f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

HÖHMANN, B. *Sprachplanung und Spracherhalt innerhalb einer pommerischen Sprachgemeinschaft. Eine sociolinguistische Studie in Espírito Santo/Brasilien*. Frankfurt: Peter Land, 2010.

IBGE. *Censo Demográfico da população do Espírito Santo 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_espírito_santo.pdf>. Acesso em: 3 agosto 2018.

_____. *Estimativas de população dos municípios brasileiros em 2015*. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2015/estimativa_dou_2015_20150915.pdf>. Acesso em: 3 agosto 2018.

_____. *Domingos Martins – Histórico*. 2017. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/domingos-martins/historico> > Acesso em: 3 nov. 2018.

IPOL. *Plataforma do Letramento: o Brasil e suas muitas línguas*. Florianópolis, 13 outubro 2016. Disponível em: <<http://e-ipol.org/tag/linguas-do-brasil/>>. Acesso em: 5 de ago. 2018.

_____. *O inventário do hunsrückisch como língua brasileira de imigração no sul do Brasil*. 25 agosto 2017a. Disponível em: < <http://ipol.org.br/equipe-do-projeto-alma-h-esteve-em-nova-petropolis-rs-para-as-pesquisas-do-inventario-do-hunsruckisch-como-lingua-brasileira-de-imigracao-ihlbr/> >. Acesso em: 5 ago.2018.

_____. *Língua alemã falada nas montanhas vira tema de pesquisa nacional*. 05 out. 2017b. Disponível em: < <http://ipol.org.br/lingua-alema-falada-nas-montanhas-vira-tema-de-pesquisa-nacional/> > Acesso em: 14 nov. 2018.

_____. *Línguas cooficializadas nos municípios brasileiros*. 2017c Disponível em: < <http://ipol.org.br/lista-de-linguas-cooficiais-em-municipios-brasileiros/> > Acesso em: 25 ago. 2018.

_____. *Dicionário renano-português é lançado em Domingos Martins*. Florianópolis, 09 fevereiro, 2018. Disponível em: <<http://ipol.org.br/dicionario-renano-portugues-e-lancado-em-domingos-martins/>> Acesso em: 25 ago. 2018.

LAGARES, X. Minorias linguísticas, normas e mercados. Uma reflexão a partir do galego. In: LAGARES, X.; BAGNO, M. (Orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011. p.169-192.

_____. *Qual política linguística ? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo : Parábola, 2018.

LESSER, J. *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

MARTINUZZO, J. A. *Germânicos nas terras do Espírito Santo*. Tradução de Helmar Reinhard Rölke. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2009. Edição bilíngue Português e Alemão.

MAZZELLI, L. *Ações glotopolíticas em Santa Maria de Jetibá - ES: em evidência a língua Pomerana*. 2018. 147 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras. Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MORELLO, R. Uma política pública e participativa para as línguas brasileiras: sobre a regulamentação e a implementação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). *Gragoatá v. 32. Política e planificação linguística*. p. 32-42. UFF : Niterói, 2012.

_____. A cooficialização da língua pomerana no Espírito Santo e no Rio Grande do Sul. In: MORELLO, R. (Org.) *Leis e Línguas no Brasil. O processo da cooficialização e suas potencialidades*. 2015. p.43-54.

_____. *Censos nacionais e perspectivas políticas para as línguas brasileiras*. Revista Brasileira de Estudos de População, Rio de Janeiro, v.33, n.2, p.431-439, 2016.

MUFWENE. Ecologia da língua: algumas perspectivas evolutivas. In: *Ecolinguística: revista brasileira de ecologia e linguagem*. v.2. n.1, p.18-40. 2016.

NEKVAPIL, J. *From language planning to language management: J.V. Neustupný's heritage*. Media Komyunikeshon / Media and communication Studies, 63. Sapporo: Hokkaido University, Research faculty of Media and Communication, 2012, p. 5-21. Disponível em: <http://languagemanagement.ff.cuni.cz/system/files/documents/nekvapl_from-LP-to-LM_sapporo.pdf>. Acesso em 26 ago. 2018.

_____. SHERMAN, T. *An Introduction: Language management theory in language policy and planning*. In: International Journal of Sociology of Language, Volume 2015, Issue 232, Pages 1-12.

_____. Language Management Theory as one approach in Language Policy and Planning. In: *Current issues in Language planning*, v.17, n.1.p. 11-22. 2016.

PEIZINI, A.M.L. Escola do campo em comunidades de fronteiras. 2016. 198f. Dissertação (Mestrado em Educação). Univerisdade Federal do Espírito Santo, Vitória.

PERES, E. P. Aspectos sócio-históricos do contato entre o dialeto vêneto e o português no Espírito Santo. *Revista (Con)textos lingüísticos*, Vitória, v.8, n.10.1, p. 53-71, 2014.

_____. Os contatos entre os dialetos italianos e o português no Espírito Santo. In: BENEDUZI, L. F.; DADALTO, M.C. (Orgs.). *Mobilidade humana e circularidade de ideia: diálogos entre a América Latina e a Europa*. 1ed.Veneza: Edizioni Ca' Foscari. Digital Publishing, 2017, v. 1, p. 17-28.

RODRIGUES, C.V. Bilinguismo no Espírito Santo: reflexos no português de adultos e crianças. In: *Signum – Estudos da Linguagem*. Londrina, PR, v. 12, n.1, pp.339-36, jul. 2009.

RÖLKE, H.R. *Raízes da imigração alemã. História e cultura alemã no Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

SANTOS, E. S. et al. *História, geografia e organização social e política do município de Domingos Martins*. Vitória: Brasília Editora Ltda., 1992.

SAVEDRA, M. O desenvolvimento da língua alemã. In: LAGARES, X. C. L; BAGNO, M. (Orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011.p.277-298.

_____. LAGARES, X. Política e Planificação Linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. *Gragoatá v.32. Política e planificação linguística*. p. 11-27. UFF: Niterói, 2012

_____. PEREZ, G.M.H. Plurilinguismo: práticas linguísticas de imigrantes. In: *Revista Organon*, v.32, n.62, 2017.

SEYFERTH, G. Os imigrantes e a campanha de nacionalização. In: PANDOLFI, D. C. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 199-228.

_____. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. In: *REVISTA USP*. São Paulo, n.53, p. 117-149, março/maio, 2002.

SKIDMORE, T. E., "Racial ideas and social policy in Brazil, 1870-1940". In: GRAHAM, Richard (ed.), *The idea of race in Latin America, 1870-1940*. Austin, University of Texas, 1997. pp. 7-36.

TRESSMANN, I. *Da sala de estar à sala de baile: estudo etnolingüístico de comunidades camponesas pomeranas do estado do Espírito Santo*. 2005. 335f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. *Dicionário Enciclopédico Pomerano-Português. Pomerisch Portugijsisch Wörterbauk*. Santa Maria de Jetibá: Secretaria de Educação, 2006.

UNESCO. *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*. Barcelona, jun.1996. Disponível em:

http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf.

Acesso em: 15 jan. 2017.

WEBER, G. M. *A escolarização entre descendentes pomeranos em Domingos Martins*. 1998. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.